TesouroNacional

RTN 2021

Fevereiro

Publicado em 30/03/2021

Resultado do Tesouro Nacional

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R$ Milhões

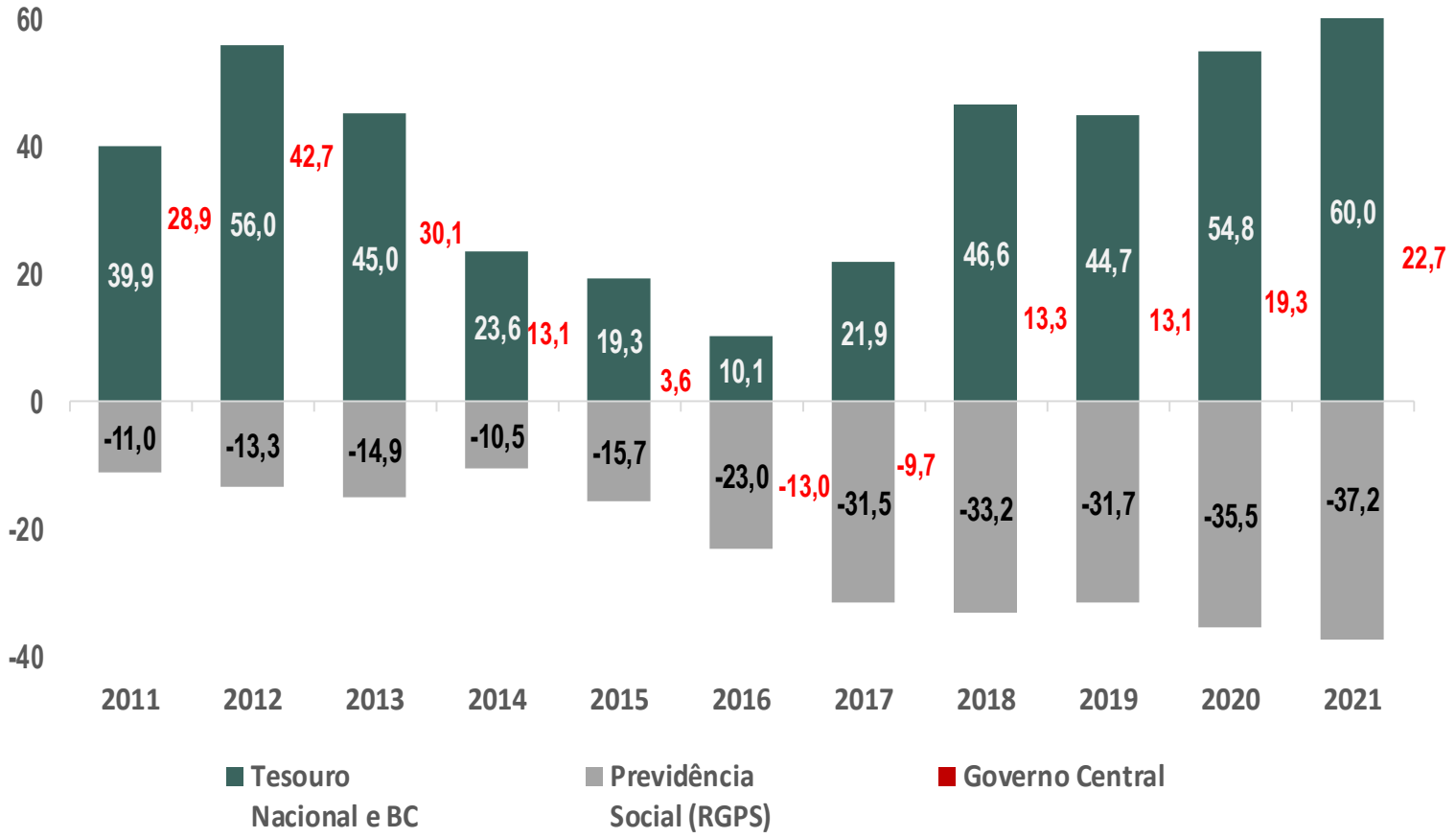
Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021								
Discriminação	Jan-Fev		Variação (2021/2020)		Fevereiro		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	289.761	311.889	7,6%	2,7%	115.793	130.085	12,3%	6,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.664	60.949	9,5%	4,4%	33.396	34.791	4,2%	-1,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	234.096	250.940	7,2%	2,3%	82.397	95.293	15,7%	9,9%
IV. DESPESA TOTAL	215.821	228.584	5,9%	1,0%	108.256	116.510	7,6%	2,3%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	**18.275**	**22.356**	**22,3%**	**17,5%**	**-25.858**	**-21.217**	**-17,9%**	**-22,0%**
Tesouro Nacional	52.109	59.503	14,2%	9,2%	-7.612	-2.757	-63,8%	-65,6%
Banco Central	-167	-73	-56,6%	-57,9%	25	142	462,5%	434,7%
Previdência Social (RGPS)	-33.667	-37.074	10,1%	5,0%	-18.271	-18.602	1,8%	-3,2%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,5%	1,8%	-	-	-4,2%	-3,3%	-	-
Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	51.942	59.430	14,4%	9,4%	-7.587	-2.615	-65,5%	-67,2%

Em **fevereiro de 2021**, houve **déficit primário** de **R$ 21,2 bilhões**, frente a déficit de **R$ 25,9 bilhões em fevereiro de 2020** (valores nominais).

Fonte: Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R$ Bilhões – A preços de fev/21– IPCA



No primeiro bimestre de 2021, a preços de fev/21, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R$ 37,2 bilhões,** enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R$ 60,0 bilhões**.

Fonte: Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do
Governo Central

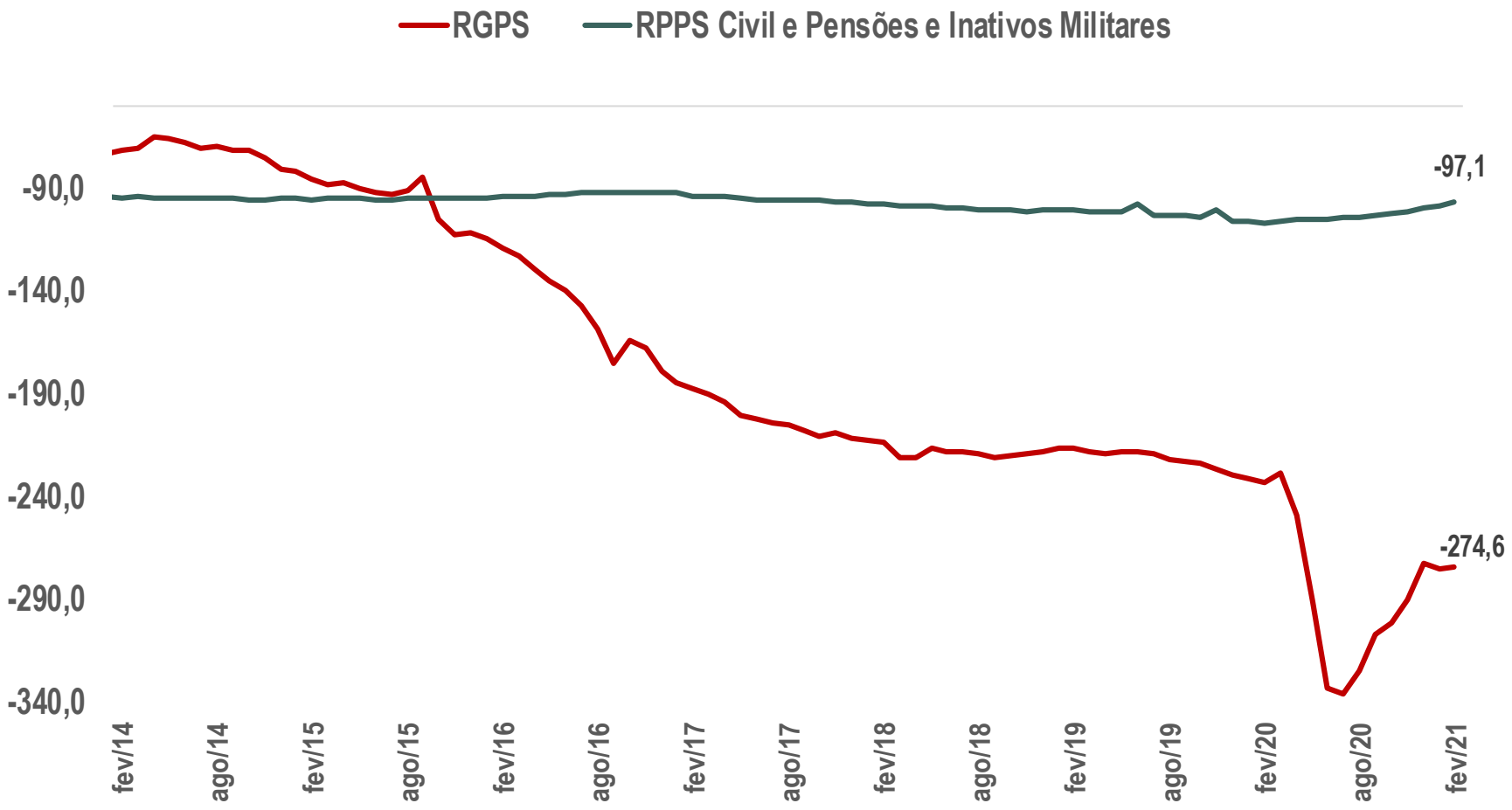
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2021 – R$ Bilhões – A preços de fev/21– IPCA

Fonte: Tesouro Nacional

O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses (até fev/2021) foi de **déficit de R$ 776,8 bi**, equivalente a **9,9% do PIB**.

Evolução do Resultado do
RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R$ Bilhões – A preços de fev/21- IPCA*



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R$ 371,6 bilhões (4,8% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2021, a preços de fev/2021 – IPCA.

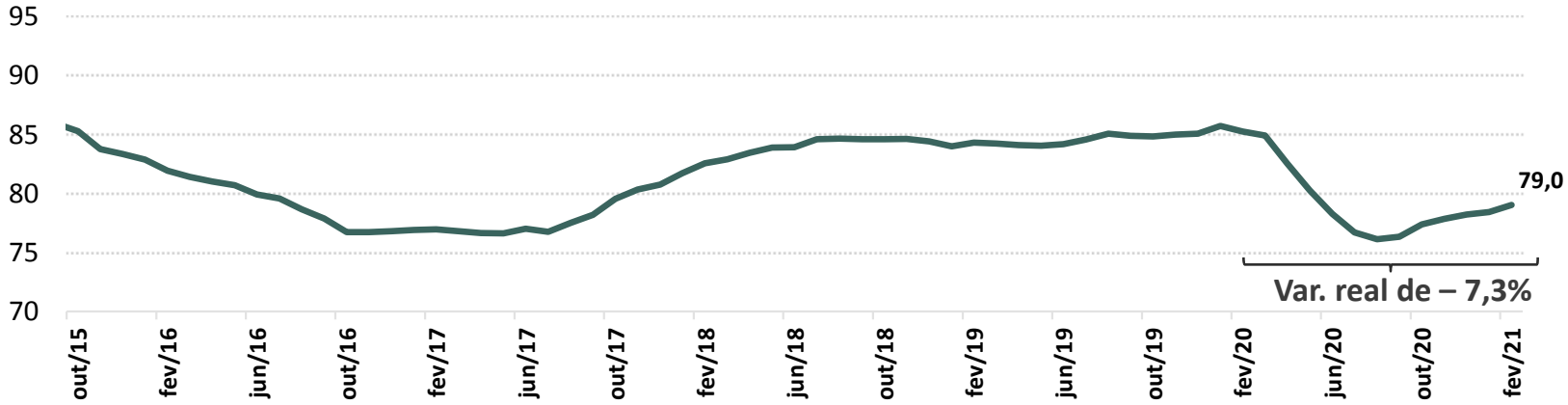
A elevação do déficit do RGPS entre fev/20 e fev/21 em R$ 40,9 bi deveu-se ao efeito conjunto da elevação em R$ 16,8 bi dos benefícios previdenciários e redução de R$ 24,1 bi da arrecadação líquida do RGPS.

** Inclui FCDF.*

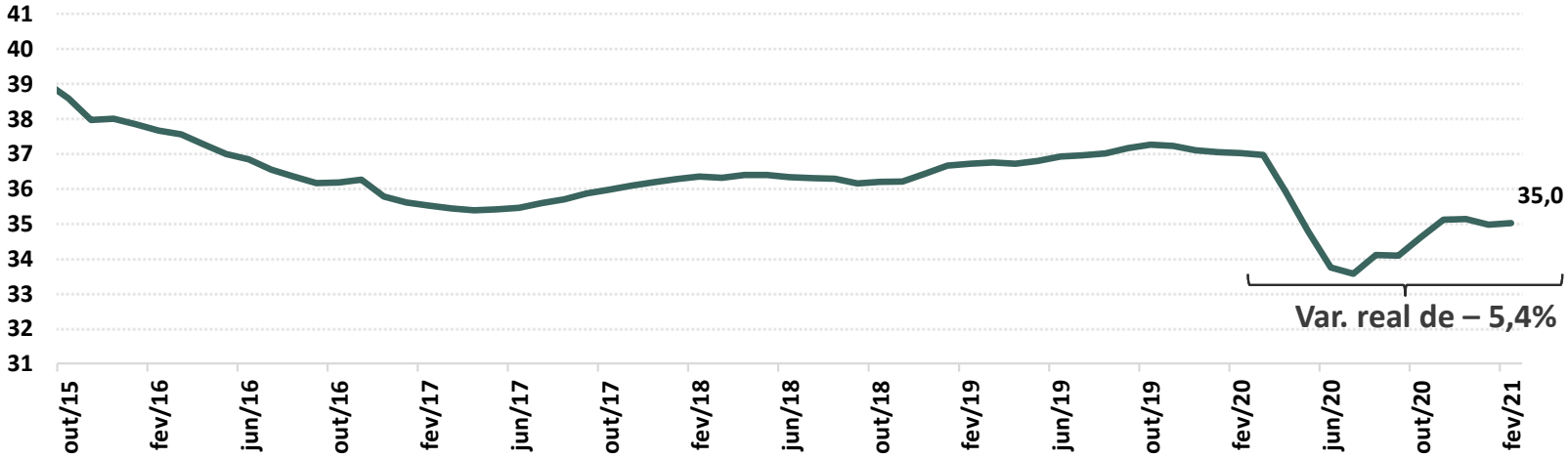
Receitas do Governo Central
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R$ Bilhões – A preços de fev/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela **RFB apresentou redução real de 7,3%** em relação a fevereiro de 2020, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS caiu 5,4%** para o mesmo período**.**

A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021– A preços de fev/21- IPCA – R$ Milhões

R$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	121.809,3	130.084,7	8.275,4	6,8%
I.1 Receita Administrada pela RFB	74.588,2	81.976,7	7.388,5	9,9%
Imposto de Importação	3.439,2	4.813,5	1.374,3	40,0%
IPI	4.199,9	5.080,6	880,7	21,0%
Imposto de Renda	31.615,8	32.998,5	1.382,6	4,4%
IOF	4.059,4	3.355,3	-704,1	-17,3%
COFINS	17.671,1	21.089,8	3.418,7	19,3%
PIS/PASEP	5.214,5	6.164,1	949,6	18,2%
CSLL	5.779,9	6.531,1	751,2	13,0%
CIDE Combustíveis	211,5	36,8	-174,7	-82,6%
Outras	2.396,8	1.906,9	-489,8	-20,4%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	34.361,5	34.957,0	595,5	1,7%
Urbana	33.686,9	34.288,0	601,1	1,8%
Rural	674,6	669,0	-5,6	-0,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	12.859,6	13.151,0	291,4	2,3%
Concessões e Permissões	239,8	137,9	-101,9	-42,5%
Dividendos e Participações	790,6	961,0	170,4	21,6%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.105,9	1.368,3	262,4	23,7%
Exploração de Recursos Naturais	3.267,1	3.727,8	460,7	14,1%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	980,5	1.366,9	386,4	39,4%
Contribuição do Salário Educação	1.784,2	1.791,8	7,6	0,4%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	14,2	0,0	-14,2	-100,0%
Demais Receitas	4.677,3	3.797,3	-880,0	-18,8%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	35.131,1	34.791,3	-339,8	-1,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	86.678,2	95.293,3	8.615,1	9,9%

Em fevereiro de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R$ 8,3 bilhões (6,8%) em termos reais**, frente a fevereiro de 2020.

Explica essa variação o efeito conjunto da:

- *elevação de R$ 7,4 bilhões na receita administrada pela RFB;*
- *aumento de R$ 595,5 milhões na arrecadação líquida para o RGPS e*
- *crescimento de R$ 291,4 milhões nas receitas não administradas.*

A receita líquida apresentou elevação de R$ 8,6 bilhões.

Receitas do Governo Central
Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021– A preços de fev/21 - IPCA – R$ Milhões

R$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	305.272,3	313.452,0	8.179,7	2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	202.564,5	212.522,6	9.958,1	4,9%
Imposto de Importação	7.748,4	9.833,2	2.084,8	26,9%
IPI	8.551,9	10.612,2	2.060,4	24,1%
Imposto sobre a Renda	95.010,8	98.196,0	3.185,3	3,4%
IOF	7.448,5	5.593,0	-1.855,5	-24,9%
COFINS	42.182,6	45.358,1	3.175,4	7,5%
PIS/PASEP	12.085,7	13.041,9	956,2	7,9%
CSLL	24.168,3	25.386,9	1.218,6	5,0%
CIDE Combustíveis	445,8	75,4	-370,4	-83,1%
Outras Administradas pela RFB	4.922,6	4.425,9	-496,7	-10,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	69.204,3	67.901,3	-1.303,0	-1,9%
Urbana	67.804,4	66.504,2	-1.300,2	-1,9%
Rural	1.399,9	1.397,1	-2,8	-0,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	33.503,6	33.028,2	-475,4	-1,4%
Concessões e Permissões	736,0	734,9	-1,1	-0,1%
Dividendos e Participações	756,6	961,0	204,5	27,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.221,6	2.733,8	512,1	23,1%
Exploração de Recursos Naturais	15.217,9	12.853,6	-2.364,3	-15,5%
Receitas Próprias e de Convênios	2.313,7	2.754,1	440,5	19,0%
Contribuição do Salário Educação	3.872,7	3.767,2	-105,5	-2,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	14,2	0,0	-14,2	-100,0%
Operações com Ativos	235,5	0,0	-235,5	-100,0%
Demais Receitas	8.135,3	9.223,4	1.088,1	13,4%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	58.614,9	61.173,5	2.558,5	4,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	246.657,4	252.278,5	5.621,2	2,3%

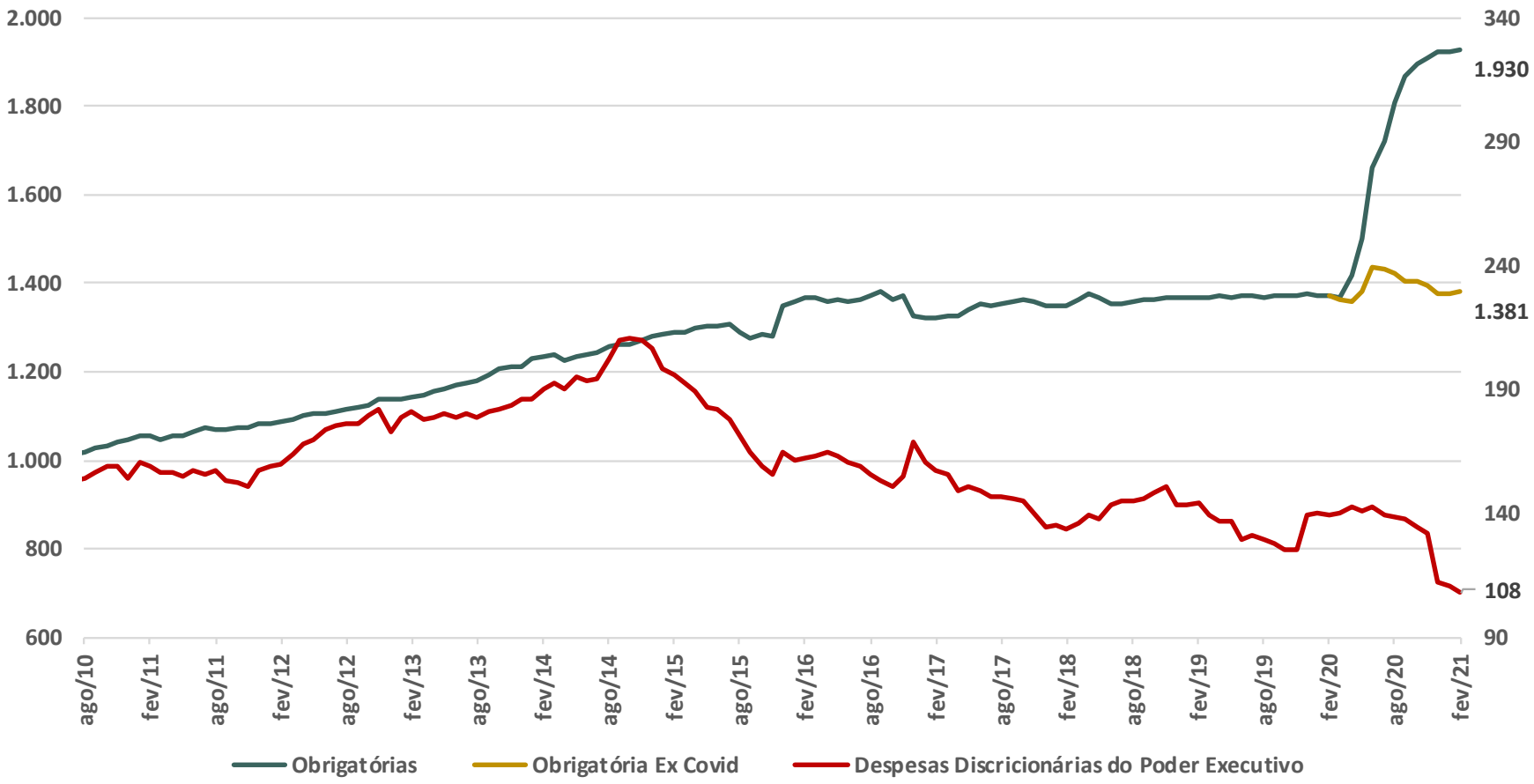
No acumulado até fevereiro de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R$ 8,2 bilhões (2,7%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

A elevação de R$ 10,0 bilhões nas receitas administradas pela RFB foi parcialmente compensada pela redução de R$ 1,3 bilhão na arrecadação líquida para o RGPS e de R$ 475,4 milhões nas receitas não administradas pelas RFB.

A receita líquida apresentou elevação de R$ 5,6 bilhões (2,3%) em termos reais frente ao primeiro bimestre de 2020.

Evolução de Despesas
do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses*
Brasil - 2010 a 2021: R$ Bilhões – A preços de fev/21- IPCA



Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

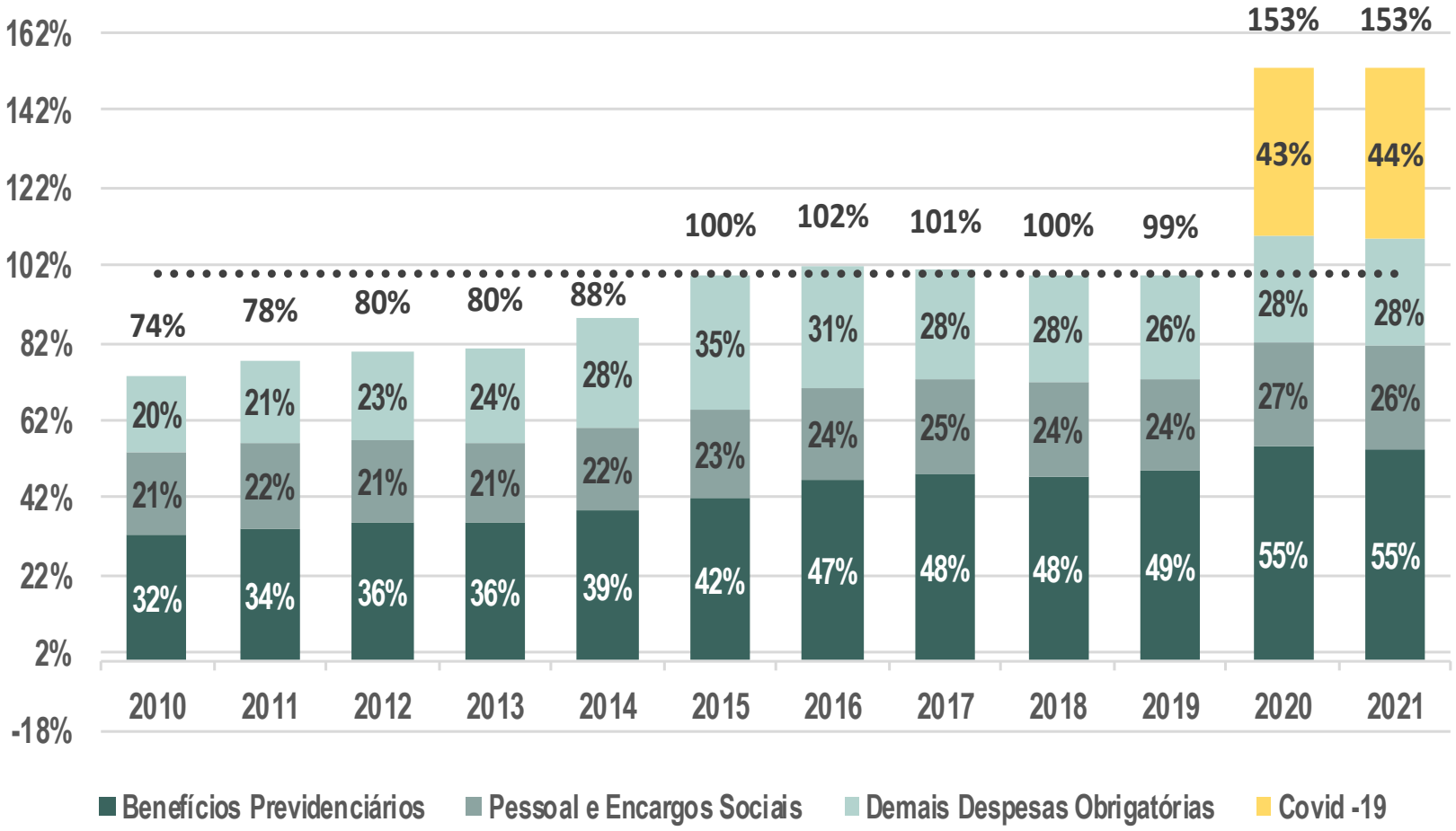
Excluídos os **R$ 548,4 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19,** as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentam trajetória estável.

** Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.*

Fonte: Tesouro Nacional

Evolução de Despesas
do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até fevereiro



Desde 2015, **as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.**

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19 e à forte queda da arrecadação.

**Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.*
*** Exclui as receitas da cessão onerosa.*

Fonte: Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de fev/21- IPCA – R$ Milhões

R$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	113.879,8	116.510,5	2.630,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	53.581,9	53.558,7	-23,2	0,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	42.585,7	42.610,4	24,7	0,1%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	531,7	509,6	-22,1	-4,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	10.996,2	10.948,3	-47,9	-0,4%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	138,1	131,7	-6,3	-4,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.838,1	25.114,6	-723,5	-2,8%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	116,8	124,3	7,6	6,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.756,9	20.791,0	5.034,1	31,9%
Abono e Seguro Desemprego	6.832,5	10.506,2	3.673,7	53,8%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.554,4	5.525,1	-29,3	-0,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	14,2	0,0	-14,2	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	26,1	1.027,6	1.001,6	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	713,0	538,5	-174,5	-24,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.176,4	1.121,1	-55,3	-4,7%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	708,2	718,2	10,0	1,4%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	664,6	664,6	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	142,2	135,1	-7,1	-5,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	390,5	-19,0	-409,5	-
Impacto Primário do FIES	-123,0	247,9	370,9	-
Demais	322,4	325,6	3,2	1,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação F	18.702,9	17.046,1	-1.656,8	-8,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.501,1	12.462,1	961,0	8,4%
Discricionárias	7.201,8	4.584,0	-2.617,7	-36,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	21.788,9	21.555,5	-233,4	-1,1%
Outras Despesas de Custeio	19.531,2	20.594,1	1.063,0	5,4%
Outras Despesas de Capital	2.257,7	961,4	-1.296,4	-57,4%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Prroagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em fevereiro de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total apresentou elevação de R$ 2,6 bilhões (2,3 %) em termos reais.**

Explicam o **crescimento da despesa** os seguintes movimentos:

- + R$ 3,7 bilhões em Abono e Seguro Desemprego;
- + R$ 1,0 bilhão em Créditos Extraordinários (exceto PAC);
- - R$ 1,7 bilhão em Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira.

Despesas do Governo Central
Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021– A preços de fev/21 - IPCA – R$ Milhões

R$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	227.317,1	229.547,4	2.230,4	1,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	104.661,0	105.134,0	473,0	0,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	83.057,0	83.440,7	383,7	0,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	21.604,1	21.693,3	89,2	0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	54.086,4	52.344,6	-1.741,8	-3,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	35.697,4	42.117,7	6.420,3	18,0%
Abono e Seguro Desemprego	12.930,1	16.125,8	3.195,6	24,7%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.869,4	10.976,6	107,2	1,0%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	14,2	0,0	-14,2	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	99,6	2.995,3	2.895,7	-
Fundeb/Fundef - Complementação da União	4.751,8	4.418,6	-333,2	-7,0%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.383,3	1.224,5	-158,8	-11,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	1.540,6	1.540,6	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	322,2	382,3	60,1	18,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	3.453,2	2.002,4	-1.450,7	-42,0%
Impacto Primário do FIES	-5,1	860,1	865,2	-
Demais	1.878,6	1.591,5	-287,1	-15,3%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	32.872,2	29.951,1	-2.921,1	-8,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.306,5	21.935,3	1.628,8	8,0%
Discricionárias	12.565,7	8.015,77	-4.549,9	-36,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	41.289,8	42.065,0	775,1	1,9%
Outras Despesas de Custeio	37.238,0	40.239,9	3.001,9	8,1%
Outras Despesas de Capital	4.051,8	1.825,05	-2.226,8	-55,0%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

TesouroNacional

No acumulado até fevereiro de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total aumentou R$ 2,2 bilhões (1,0%) em termos reais.** As principais variações foram:

- ***Pessoal e Encargos Sociais (- R$ 1,7 bilhão)***
- ***Abono e Seguro (+ R$ 3,2 bilhões)***
- ***Créditos Extraordinários (+ R$ 2,9 bilhões)***
- ***Lei Kandir e LC n 176 (+ R$ 1,5 bilhão)***
- ***Subsídios, Subvenções e Proagro (- R$ 1,5 bilhão)***
- ***Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira (- R$ 2,9 bilhões)***

Despesas do Governo Central
relacionadas ao combate ao COVID-19[1,2] apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	fev - out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	Total
DESPESAS PRIMÁRIAS	**468.915,9**	**18.487,1**	**33.538,2**	**2.023,4**	**1.061,3**	**524.025,9**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	***111,7***	***52,4***	***79,7***	***69,1***	***20,2***	***333,0***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	111,7	52,4	79,7	69,1	20,2	333,0
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	***78.123,7***	***122,9***	***0,4***	***0,0***	***0,0***	***78.247,0***
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	78.123,7	122,9	0,4	0,0	0,0	78.247,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	***373.772,1***	***22.045,8***	***33.226,3***	***1.944,2***	***1.025,2***	***432.013,6***
Ampliação do Programa Bolsa Família	369,3	0,0	0,0	0,0	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	257.981,2	17.794,7	17.329,5	279,1	77,6	293.462,2
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	28.750,7	2.537,4	2.209,4	346,0	47,8	33.891,2
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	36.656,0	1.705,6	3.398,8	1.243,2	256,1	43.259,6
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	47.900,0	-	10.193,2	-	-	58.093,2
Aquisição de Vacinas	2.114,9	8,1	95,4	75,9	643,7	2.938,0
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	***15.883,8***	***-4.077,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***11.806,8***
Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE	10.883,8	-4.077,0	0,0	0,0	0,0	6.806,8
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	5.000,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.000,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	***900,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***900,0***
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	900,0	0,0	0,0	0,0	0,0	900,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores público	***45,6***	***310,1***	***140,1***	***0,8***	***5,6***	***502,1***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	45,6	310,1	140,1	0,8	5,6	502,1
II.4.2 - Discricionárias	***79,1***	***32,9***	***91,7***	***9,4***	***10,4***	***223,4***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	79,1	32,9	91,7	9,4	10,4	223,4
DESPESAS FINANCEIRAS	**770,4**	**653,3**	**1.653,6**	**125,0**	**0,0**	**3.202,3**
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	**469.686,2**	**19.140,4**	**35.191,8**	**2.148,4**	**1.061,3**	**527.228,2**

Em fevereiro de 2021, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19 totalizaram R$ 1,1 bilhão.**

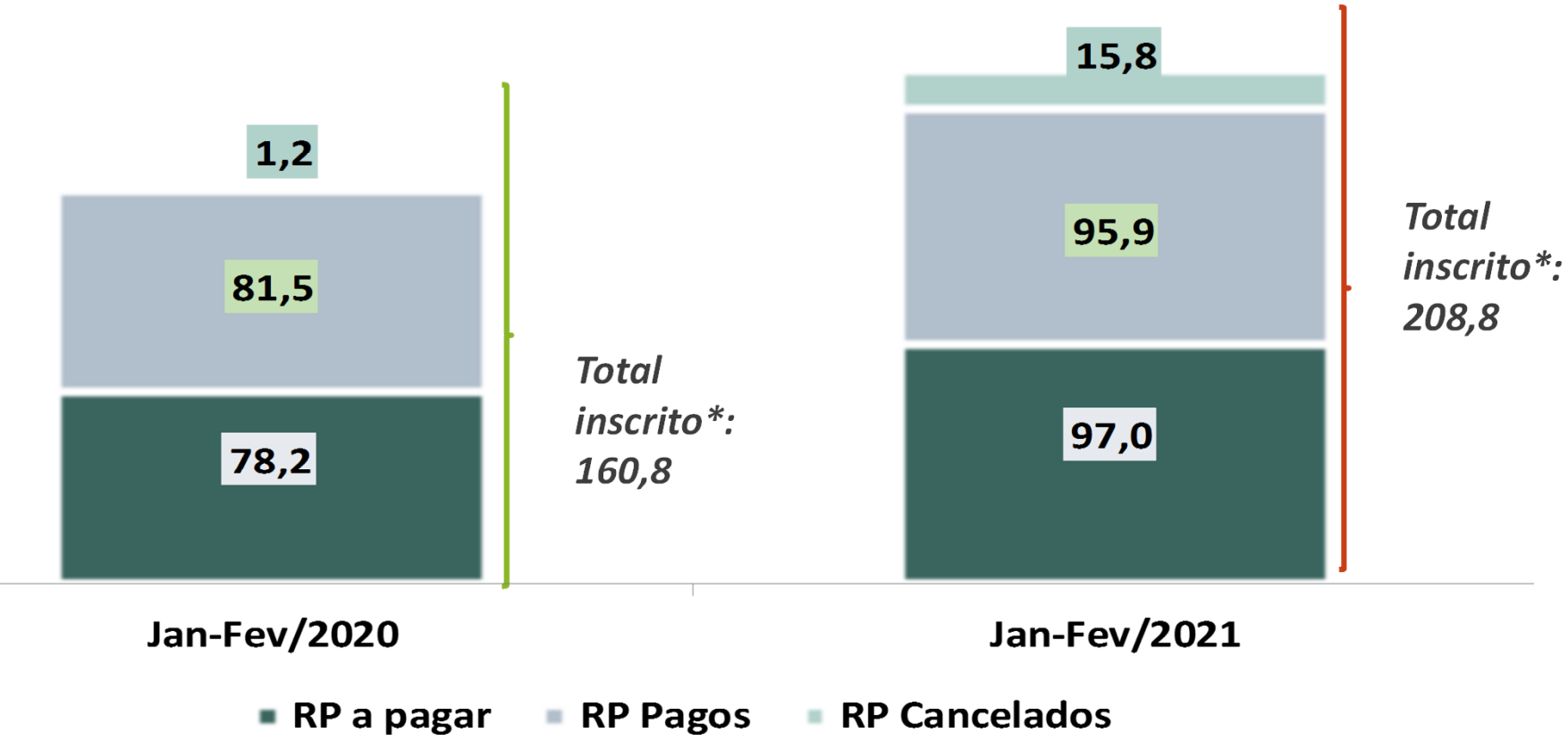
As principais despesas foram (i) aquisição de vacinas e (ii) despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais Ministérios.

No acumulado até fevereiro, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19 totalizaram R$ 524,0 bilhões.**

1. *Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.*
2. *Para detalhamento ver:* https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central
Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R$ bilhões – Valores Correntes



- Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114

O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até fevereiro de 2021 correspondeu a **R$ 95,9 bilhões**, contra **R$ 81,5 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

O **cancelamento** no mês de fevereiro de 2021 totalizou **R$ 15,8 bilhões** frente a **R$ 1,2 bilhão** até fevereiro de 2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS

Pagamento total em 2020

R$ 1.402.818.174.499,94

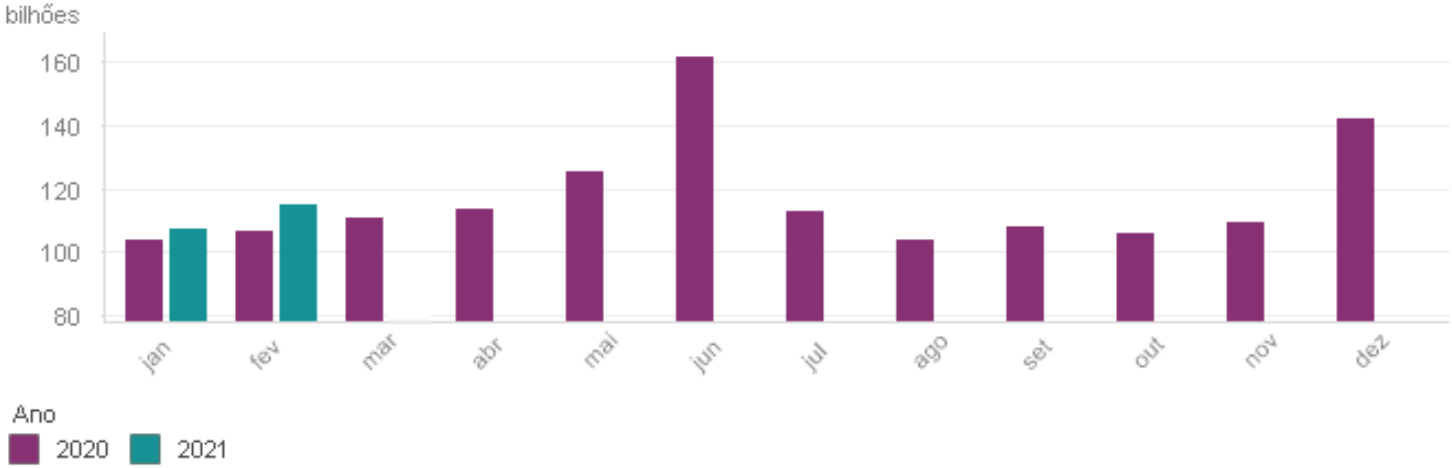
Limite Para 2021

R$ 1.485.936.445.066,36

Pagamento acumulado em 2021

R$ 222.022.858.237,78

% do teto atingido



Acompanhamento
do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R$ Milhões – Preços Correntes

R$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	**Acum. 2021**	**PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)**	**% Executado**
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	222.023	1.485.936	14,9%
II.1 Poder Executivo	211.680	1.421.604	14,9%
II.2 Poder Legislativo	1.878	12.837	14,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	919	6.166	14,9%
II.2.2 Senado Federal	641	4.539	14,1%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	318	2.133	14,9%
II.3 Poder Judiciário[2]	7.246	44.189	16,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	99	660	15,0%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	244	1.550	15,7%
II.3.3 Justiça Federal	1.962	11.436	17,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	78	557	14,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.193	7.536	15,8%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.175	19.495	16,3%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	473	2.754	17,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	22	201	11,0%
II.4. Defensoria Pública da União	87	559	15,5%
II.5 Ministério Público da União	1.132	6.747	16,8%
II.5.1 Ministério Público da União[1, 3]	1.120	6.661	16,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[1]	12	86	14,2%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.
2. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 14,9% do limite estabelecido no PLOA 2021.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Fev		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	210.076	222.023	5,7%	5,9%
II.1 Poder Executivo	199.637	211.680	6,0%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	1.939	1.878	-3,1%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	940	919	-2,2%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	678	641	-5,5%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	321	318	-0,8%	8,3%
II.3 Poder Judiciário[2]	7.234	7.246	0,2%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	99	99	-0,8%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	241	244	1,0%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	1.926	1.962	1,9%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	79	78	-0,6%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.104	1.193	8,0%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.294	3.175	-3,6%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	462	473	2,4%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	28	22	-22,1%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	87	87	-0,7%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	1.179	1.132	-4,0%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União[1,3]	1.167	1.120	-4,0%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[1]	12	12	1,6%	3,3%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.
2. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

A **margem de enquadramento** é o **percentual de crescimento nominal** em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro*
Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês de referência: fev/21

% da despesa coberta com receita considerada

Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

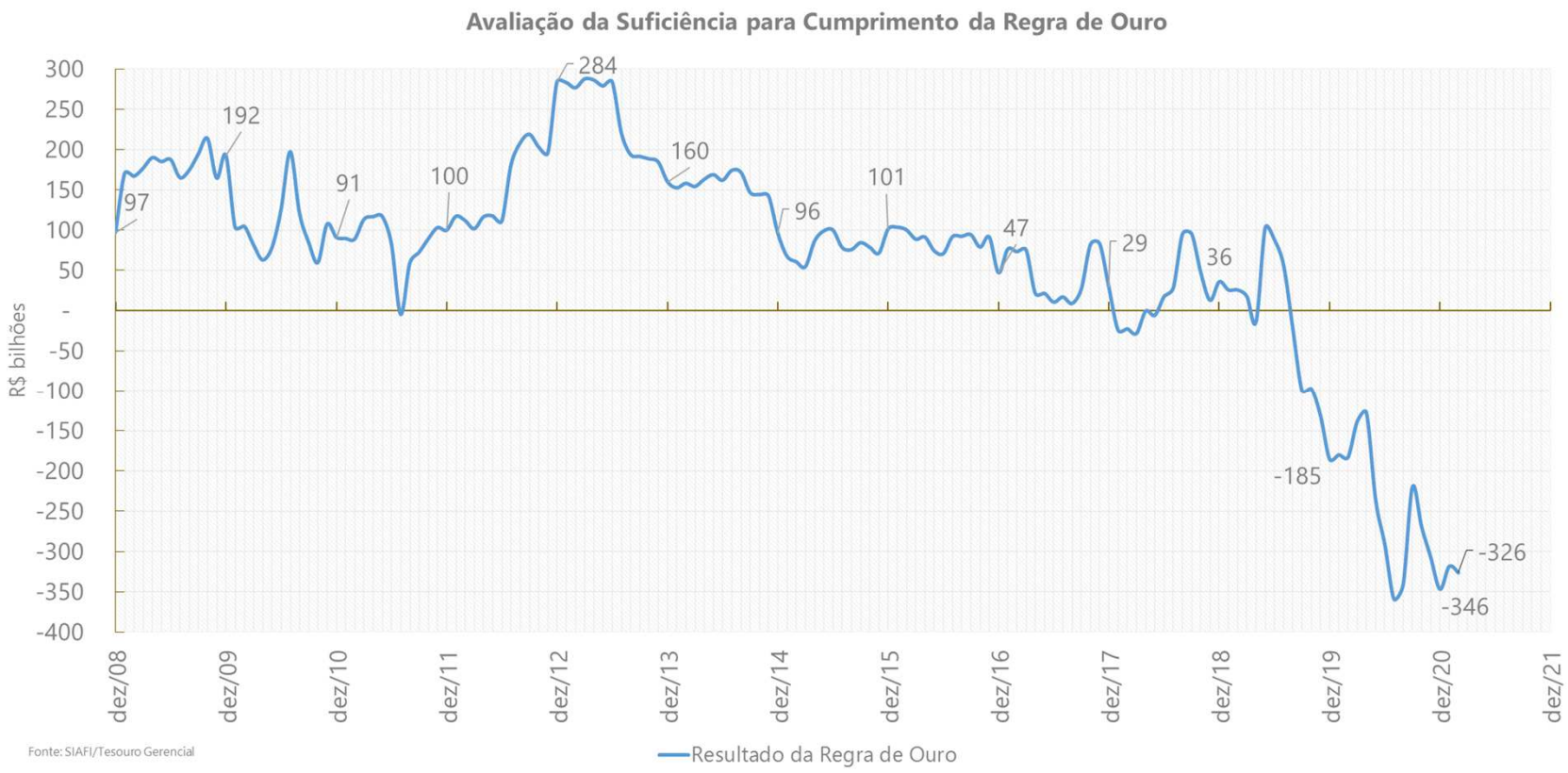
R$ -326,15

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida)
Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	**6,83**	**229,72**	**1.314,99**
Receita Considerada	**38,67**	**305,06**	**1.641,15**
Receitas de Operações de Crédito	161,54	346,78	1.853,37
(-) Variação do colchão da dívida	122,87	41,72	212,22
Resultado	**-31,84**	**-75,34**	**-326,15**

Regra de Ouro
Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R$ Bilhões – A preços correntes



No acumulado em 12 meses até fevereiro/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R$ 326,2 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro
Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2021	
	Sem superávit financeiro e recursos extraordinários	Com superávit financeiro e recursos extraordinários
Despesas de Capital (I)‡	1.730,0	1.730,0
Investimentos†	25,9	25,9
Inversões Financeiras†	68,2	68,2
Amortizações	1.635,9	1.635,9
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	2.174,1	1.855,7
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.149,8	2.149,8
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-24,3	294,1
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	**-444,1**	**-125,7**
Superávit financeiro e recursos extraordinários		
52 - Resultado Banco Central		197,7
outras fontes do superávit financeiro*		20,7
Recebimento antecipado BNDES**		100,0
Total	0,0	318,4

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

* 97 - Dividendos; 73 - Operações de Crédito - Estados e Municípios; 59 - Operações de Crédito - inst financeiras; e outros.

** R$ 38 bilhões já realizado no mês de março/21.

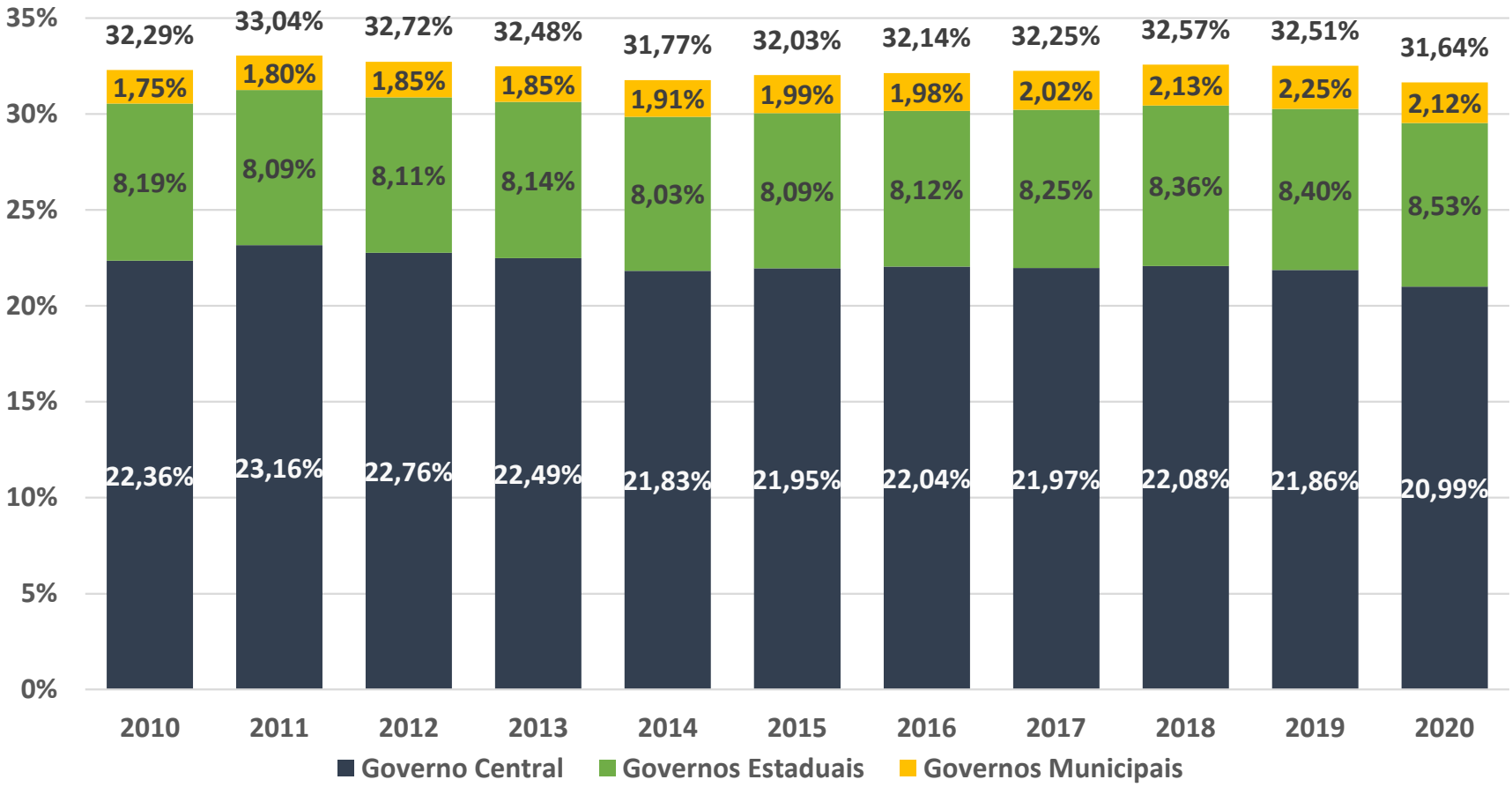
Fonte: Tesouro Nacional

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam para a necessidade de aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

A utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central, entre outras, bem como o retorno antecipado de recursos do BNDES, reduzem a insuficiência.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

Carga Tributária do Governo Geral
2010 a 2020 - % do PIB



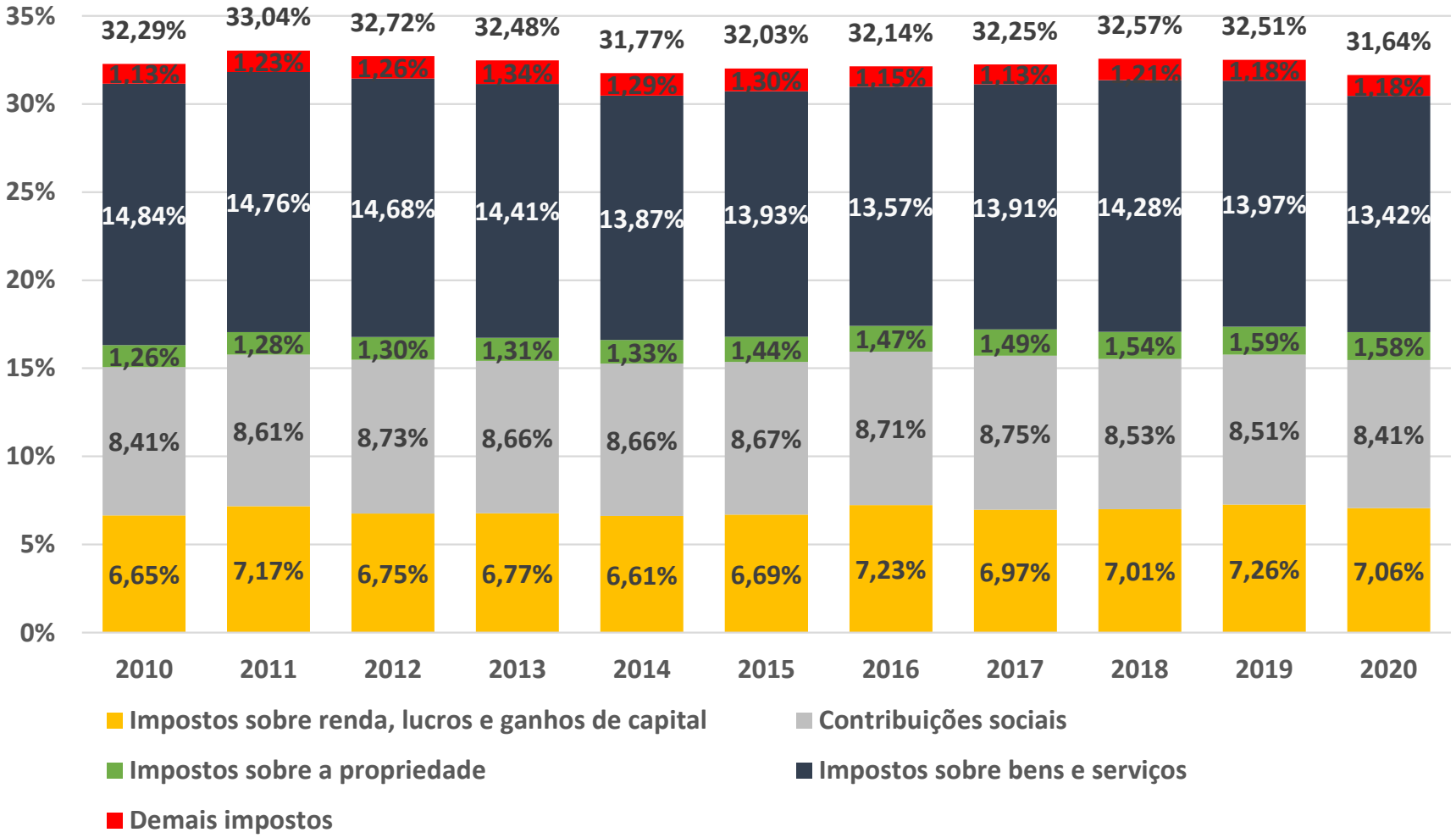
*Fonte: Tesouro Nacional. Dados preliminares, sujeitos a revisão.
Destaca-se que a RFB é a área responsável pela publicação da CTB, em formato anual conforme definido em sua estrutura regimental. A STN publica ao final do primeiro trimestre de cada ano uma estimativa da CTB para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

Anualmente, com 3 meses de defasagem, a Secretaria do Tesouro Nacional estima **a Carga Tributária Bruta brasileira (CTB) para o Governo Geral**.

Para o ano de 2020 estima-se que a CTB tenha apresentado uma **redução de 0,87 p.p. do PIB** em relação a 2019.

Esse comportamento foi influenciado pelos efeitos sobre a atividade econômica e isenções tributárias relacionados à pandemia do coronavírus.

Carga Tributária do Governo Geral
2010 a 2020 - % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional. Dados preliminares, sujeitos a revisão.

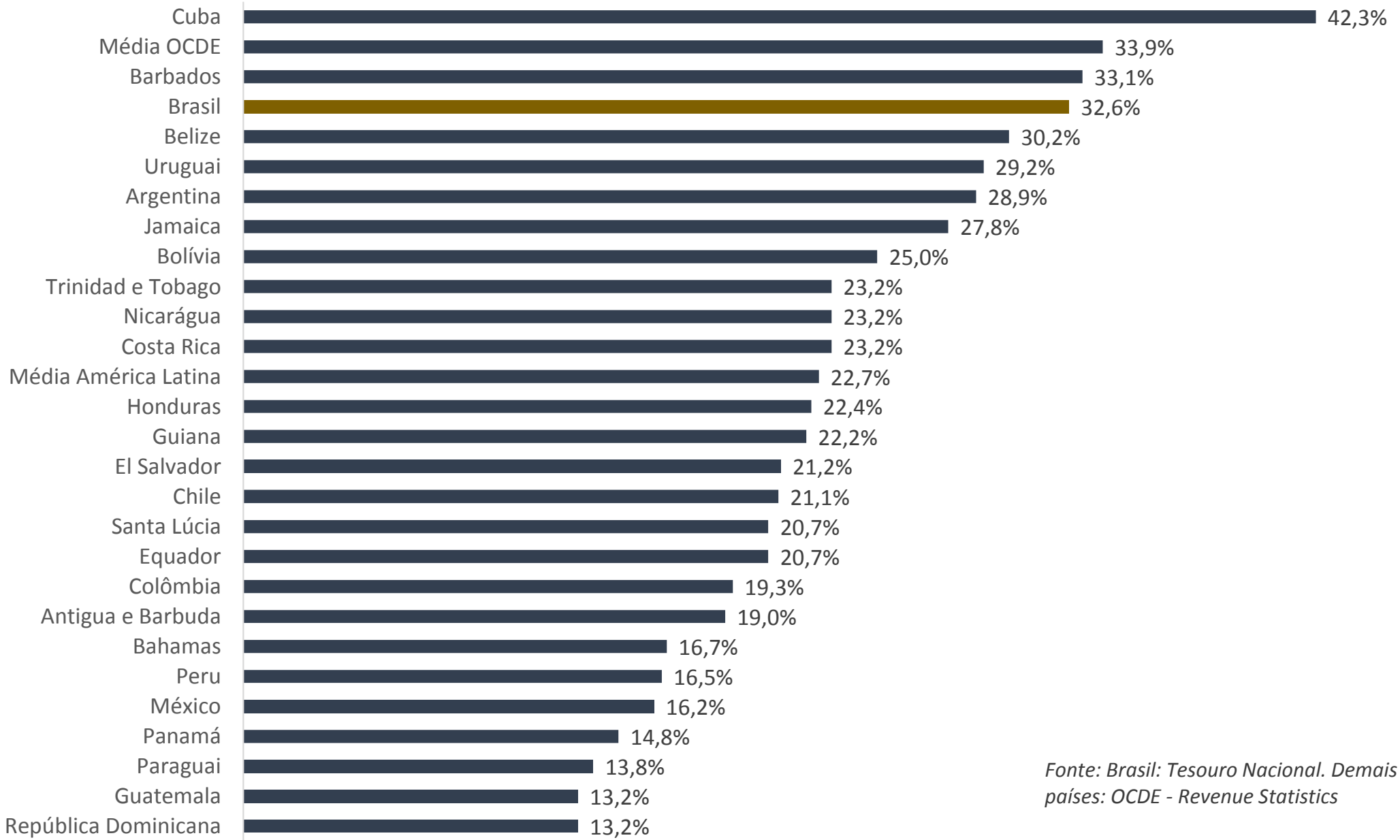
A principal redução da carga tributária ocorreu em seu maior grupo, **impostos sobre bens e serviços**. Esse conjunto de tributos sofreu queda na arrecadação de 0,55 p.p. do PIB.

Nesse grupo, as **principais reduções** foram as seguintes:

- **Pis/Cofins** (0,34 p.p. do PIB);
- **IOF** (0,26 p.p. do PIB), essencialmente explicado pela instituição de alíquota zero para as operações de crédito*; e
- **ISS** (0,06 p.p. do PIB).

*Decreto nº 10.504, de 2020

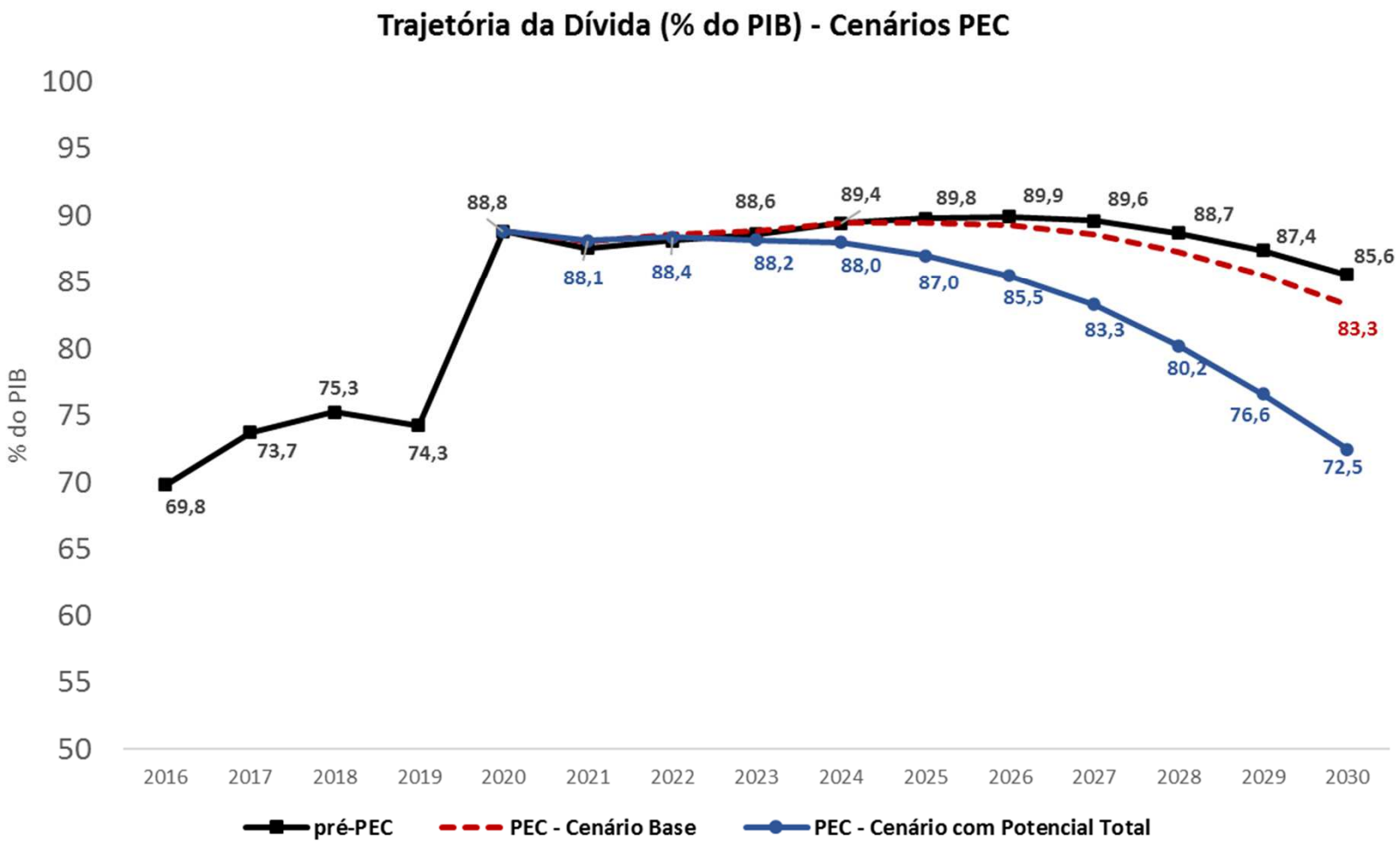
Carga Tributária do Governo Geral
Comparativo internacional - América Latina - 2018 - % do PIB



Fonte: Brasil: Tesouro Nacional. Demais países: OCDE - Revenue Statistics

Emenda Constitucional 109
Novo marco fiscal

Impactos do novo marco fiscal sobre a projeção da DBGG



O cenário base tem como premissa a não renovação dos gastos tributários que perdem a vigência até 2030.

O cenário mais otimista considera a redução dos gastos tributários até o nível de 2% do PIB até 2030.

Fonte: Tesouro Nacional

#NossoTesouro
Meu. Seu. De todos os brasileiros.
TesouroNacional
MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	fev/12	5.373,0	fev/12	25.994,9	fev/12	101.284,7
2º	fev/08	5.217,3	fev/21	22.356,4	fev/11	81.864,7
3º	fev/04	4.283,0	fev/08	20.579,8	fev/13	78.431,6
4º	fev/03	3.833,4	fev/13	19.438,5	fev/08	63.174,4
5º	fev/06	3.607,7	fev/20	18.274,8	fev/14	61.646,1
6º	fev/07	3.499,5	fev/11	16.601,2	fev/07	56.141,3
7º	fev/11	2.527,5	fev/07	15.055,8	fev/09	53.725,1
8º	fev/02	2.525,7	fev/10	12.627,7	fev/06	49.942,3
9º	fev/05	2.016,0	fev/19	11.798,8	fev/10	49.197,6
10º	fev/99	1.570,8	fev/18	11.624,1	fev/05	48.209,0
11º	fev/00	1.476,3	fev/04	11.526,0	fev/04	39.601,3
12º	fev/97	648,0	fev/03	11.004,7	fev/03	34.026,5
13º	fev/01	569,0	fev/05	10.393,5	fev/02	27.167,1
14º	fev/98	279,0	fev/14	8.925,4	fev/01	21.150,6
15º	fev/09	-1.111,3	fev/02	8.555,4	fev/00	20.790,7
16º	fev/10	-1.181,2	fev/06	7.662,7	fev/99	9.077,8
17º	fev/14	-3.314,6	fev/01	3.125,4	fev/98	2.960,3
18º	fev/13	-6.684,4	fev/00	2.957,0	fev/15	-29.849,0
19º	fev/15	-7.429,5	fev/09	2.866,5	fev/20	-88.588,7
20º	fev/19	-18.231,5	fev/15	2.558,8	fev/18	-104.305,6
21º	fev/18	-19.218,2	fev/99	2.330,6	fev/19	-120.046,7
22º	fev/21	-21.217,1	fev/98	829,8	fev/16	-133.784,0
23º	fev/16	-25.411,7	fev/97	-329,7	fev/17	-158.884,4
24º	fev/20	-25.858,2	fev/17	-8.331,7	fev/21	-739.093,9
25º	fev/17	-26.336,4	fev/16	-10.723,0		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R$ Milhões – Valores de fev/21

R$ Milhões - Valores de Fev/21 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	fev/04	10.654,6	fev/12	42.660,8	fev/12	169.914,7
2º	fev/08	10.628,9	fev/08	42.079,4	fev/11	145.809,6
3º	fev/03	10.174,0	fev/07	32.195,7	fev/08	131.964,4
4º	fev/12	8.786,4	fev/13	30.141,0	fev/13	123.927,8
5º	fev/06	7.921,0	fev/03	29.506,0	fev/07	121.933,7
6º	fev/02	7.765,6	fev/11	28.930,6	fev/05	116.282,0
7º	fev/07	7.458,2	fev/04	28.782,6	fev/06	113.101,3
8º	fev/99	5.951,8	fev/02	26.371,7	fev/09	107.850,4
9º	fev/00	5.186,2	fev/05	24.191,7	fev/04	101.506,4
10º	fev/05	4.670,2	fev/10	23.369,9	fev/03	98.612,4
11º	fev/11	4.374,9	fev/21	22.731,1	fev/10	92.530,9
12º	fev/97	2.628,1	fev/20	19.340,3	fev/14	91.671,7
13º	fev/01	1.881,0	fev/06	16.860,4	fev/02	87.212,9
14º	fev/98	1.081,0	fev/18	13.324,8	fev/00	76.413,1
15º	fev/09	-2.137,8	fev/14	13.114,0	fev/01	72.779,9
16º	fev/10	-2.167,5	fev/19	13.050,1	fev/99	34.896,7
17º	fev/14	-4.824,5	fev/00	10.394,5	fev/98	11.918,2
18º	fev/15	-10.040,5	fev/01	10.370,3	fev/15	-41.838,7
19º	fev/13	-10.281,8	fev/99	8.861,1	fev/20	-95.482,5
20º	fev/19	-19.946,8	fev/09	5.556,4	fev/18	-120.896,6
21º	fev/21	-21.217,1	fev/15	3.622,8	fev/19	-133.708,6
22º	fev/18	-21.844,4	fev/98	3.224,4	fev/16	-168.585,2
23º	fev/20	-27.201,6	fev/97	-1.357,3	fev/17	-188.183,1
24º	fev/17	-30.786,9	fev/17	-9.670,2	fev/21	-776.779,2
25º	fev/16	-31.119,6	fev/16	-12.969,6		